

## 8. Conclusão

*“(...) não se pode esperar que um indivíduo ou um livro modifiquem a realidade, mas só que a interpretem e indiquem a linha possível de ação”*  
Antonio Gramsci

*“(...) caminante, no hay camino,  
se hace camino al andar,  
Al andar se hace el camino (...)”*  
Antonio Machado

Nenhum pensador – e principalmente aqueles cujos pensamentos foram desenvolvidos com base em realidades históricas que em grande medida já foram superadas – pode ser suficiente para as necessidades com as quais os teóricos se confrontam contemporaneamente. Não obstante, os escritos de Gramsci são de extrema relevância hoje na medida em que, dentre outros aspectos, contribuem de maneira ímpar tanto para a reflexão acerca dos novos aspectos da economia política global quanto com respeito às velhas relações de dominação e subordinação que se apresentam em novas formas (Sassoon, 2000); ou seja, tais escritos são deveras úteis para o entendimento das dinâmicas ligadas à configuração das relações de poder e às forças sociais em embate ao redor dessas relações de poder.

Em última instância, este foi o objetivo do presente trabalho: o de apresentar a contemporaneidade da tradição materialista histórica – através das contribuições de Gramsci – tanto para o entendimento quanto para a possível transformação da realidade mundial contemporânea. Para tal empreitada, buscou-se apresentar tanto uma síntese das contribuições dos autores neogramscianos quanto uma reflexão acerca das transformações da sociedade civil em tempos de intensificação dos processos de globalização. Neste sentido, chegou-se à conclusão de que os *insights* gramscianos são de extrema utilidade para se entender não apenas a hodierna configuração das relações de poder na economia política global mas também o surgimento e o crescimento exponencial de um “movimento de movimentos” – ou movimento altermundialista – contrário à forma neoliberal da globalização – além do fato de ser de extrema valia para o

próprio movimento altermundialista na medida em que pode contribuir de maneira importante para a formulação de ações políticas por parte deste.

A globalização em si não é algo bom ou ruim; em última instância, se trata de uma construção social. Neste sentido, é possível afirmar que o que se vivencia hoje, com a crise orgânica da globalização neoliberal, é um “choque de globalizações” (Gill, 2003) entre as forças que buscam perpetuar e até mesmo aprofundar a globalização neoliberal – anteriormente chamadas de fração transnacional da classe capitalista – e as forças sociais que buscam uma nova forma de globalização das relações sociais, uma forma mais humana e solidária que esteja atenta também às questões de cunho ecológico – representadas pelos diversos grupos movimentos sociais progressistas contrários à globalização neoliberal – ou seja, pelo movimento altermundialista.

Embora seja possível exagerar na extensão e no significado da globalização, processos materiais reais estão criando novas possibilidades para relações sociais transnacionais significativas. Como – ou de fato se – essas possibilidades serão realizadas dependerá dos resultados das lutas sociais contemporâneas, lutas essas nas quais o próprio significado do termo “globalização” é algo fundamental. Pelo que foi visto, nota-se que uma reconfiguração do espaço social tem um significado tremendo, uma vez que o espaço é uma das dimensões primárias das relações sociais. Na verdade, os contornos espaciais de uma sociedade influenciam de maneira importantíssima a natureza da produção, da governança, da identidade e da comunidade dessa sociedade e vice-versa (Scholte, 2000; Harvey, 2000b e 2003). Ou seja, os aspectos espaciais e os demais aspectos das relações sociais sofrem influências mútuas e recíprocas. Uma vez que a ordem mundial tem como sustentáculo as relações sociais, uma mudança estrutural significativa na ordem mundial remonta, necessariamente, a uma mudança fundamental nas relações sociais.

Ora, tal processo de globalização das relações sociais aponta para o fato de que a questão da hegemonia hoje é colocada tanto no âmbito da economia política global quanto nos níveis locais, nacionais e regionais. Além disso, nota-se também que “*essa hegemonia global tem conseqüências profundas para o relacionamento entre sociedade política e sociedade civil*” (Cox, 1999:12). Neste sentido fica explícito que a política não se realiza no espaço abstrato sendo impreterível, assim, que o problema do entendimento e da transformação da

ordem mundial seja direcionado para o âmbito de uma sociedade civil que vem se transformando em uma época de globalização, ou seja, para as relações sociais locais, nacionais, regionais e globais.

Em suma, somente uma “guerra de posição transnacional” (Rupert, 2003a) – em oposição a uma guerra de movimento – pode, no longo prazo, gerar transformações estruturais orgânicas, o que envolve a construção de uma base político-social para a mudança através da criação de um novo bloco histórico global contra-hegemônico – ou seja, um bloco histórico altermundialista – cuja construção se daria não apenas no âmbito da sociedade civil local ou global, mas sim no âmbito de uma sociedade civil que se encontra em processo de globalização.

As especificidades dos diversos complexos sociedade civil/Estado são relevantes na medida em que as contradições do capitalismo se reterritorializam de maneiras específicas em cada sociedade demandando, assim, mobilizações específicas. Vide, por exemplo, a luta dos Dalits na Índia (Raina, 2004), as cooperativas de mulheres de Wanli Luxia na China (Chi, 2004), dos movimentos contra a guerra do Iraque na Austrália (Ure, 2004) e todos os supracitados movimentos sociais da América Latina. Em suma, a luta do movimento altermundialista é ao mesmo tempo, local e global, visando a contestação supraterritorial à globalização neoliberal – como feita em Seattle, Gênova, FSM, etc. – ao mesmo tempo em que trava uma batalha com as conseqüências locais dessa forma dominante de globalização, mas sempre deixando claro que tais lutas locais se encontram dentro de um movimento muito maior, o movimento altermundialista ou “movimento de movimentos”.

Em tal guerra de posição não há espaço nem para a espera passiva pela derrocada abrupta do capitalismo nem para o espontaneísmo. Na verdade, o ponto fundamental para a decisão de uma crise orgânica é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos e sua capacidade de fazer política, ou seja, sua capacidade de envolver grandes grupos sociais na solução de seus próprios problemas, de lutar quotidianamente pela conquista e manutenção de espaços e posições sem perder nunca de vista o objetivo final – efetuar transformações estruturais que promovam a superação da formação econômico-social capitalista.

Isso não é uma tarefa de fácil execução já que, se por um lado as relações das forças sociais – isto é, as relações objetivas independentes da vontade humana

trazidas à tona pelo nível de desenvolvimento das forças materiais de produção – têm proporcionado uma clivagem entre os integrados, os que se encontram em uma situação de desvantagem e os excluídos da economia global, há uma árdua tarefa no tocante ao nível das relações das forças políticas – concernente à questão da consciência. Aqui está colocado o desafio de superar as diferenças existentes entre os vários grupos que foram colocados em uma situação de desvantagem pela globalização neoliberal bem como gerar um entendimento comum com relação à natureza e às conseqüências da globalização e desenvolver estratégias a fim de subordinar a economia global a um regime de igualdade social. É importante perceber, contudo, que a consciência humana não é um mero epifenômeno, mas sim um elemento ontologicamente determinante do ser social (Coutinho, 1981); neste sentido, a batalha cultural assume uma importância ímpar na busca pela transformação da realidade social – repousando aqui uma das grandes contribuições dos fóruns sociais e, em especial, o FSM.

Há também o nível das relações das forças militares, que por sua vez diz respeito às funções militares técnicas ligadas ao controle do aparato coercitivo estatal por um lado e, por outro, à questão do grau de coerência ou desintegração entre as pessoas. Assim, dada a notável desintegração social e a passividade características desses tempos de globalização neoliberal, faz-se necessário lutar, no âmbito da sociedade civil, pela transformação do senso comum a fim de se romper com a ideologia neoliberal dominante segundo a qual “não há alternativas” e restabelecer, renovar um espírito de solidariedade nos níveis local, nacional, regional e global (Cox, 1999).

O senso comum deve ser visto como um local de luta justamente pelo fato de ser um amálgama de ideologias, historicamente efetivas, doutrinas científicas e mitologias sociais. Neste sentido, percebe-se que o senso comum não é algo unívoco; pelo contrário, se trata de “(...) *um conceito equívoco, contraditório, multiforme (...)*” e “*o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões (...)*” (Gramsci, 2004:118; 116). Desta forma, parte-se das tensões e possibilidades latentes no senso comum popular a fim de se construir “(...) *novas crenças populares, isto é, de um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais*” (Gramsci, 2004:118-119). Este seria o caráter pedagógico crítico da

contra-hegemonia (Rupert, 2003b), que não busca a reprodução sempiterna da relação entre “governados e governantes” mas sim a superação dialética desta condição historicamente contextualizada.

Tais questões apontam para o fato de que o estudo da sociedade civil em uma época marcada pela aceleração dos processos de globalização a partir de uma chave teórica neogramsciana é algo extremamente relevante e profícuo. Além disso, conforme visto acima, conceitos não são neutros e têm conseqüências políticas. Neste sentido, pode-se dizer que a globalização, assim como a sociedade civil, não é algo bom ou ruim por definição. Enquanto a última pode ser vista como uma arena de luta entre grupos que visam a manutenção do *status quo* e da hegemonia *versus* grupos que buscam construir uma contra-hegemonia, pode-se dizer que, na verdade, a “globalização é em larga medida o que fazemos dela” (Scholte, 2000:7). Desta forma, uma vez munidos de um referencial teórico crítico e historicista como o neogramsciano e cômicos do caráter historicamente contingente do territorialismo metodológico, cumpre deveras oportuno e necessário romper com este. Isso se daria a fim de que se possa melhor entender não somente as dinâmicas que se dão contemporaneamente no âmbito da sociedade civil mas também as transformações sofridas pelo próprio conceito no processo dialético contínuo entre o conceito e uma realidade social cada vez mais caracterizada pelos processos de globalização.

Percebe-se contemporaneamente que a globalização das relações sociais concretas leva o desenvolvimento histórico a um novo patamar. Assim, ser gramsciano hoje é ver como seu aparato teórico-conceitual se relaciona dialeticamente com essa nova configuração das relações sociais concretas, apresentando limites e possibilidades. Assim, se por um lado pode-se afirmar que Gramsci é responsável por uma “superação dialética” (*Aufhebung*) do pensamento marxista clássico – principalmente no que se refere à teoria do Estado e à revolução socialista (Coutinho, 1989) –, por outro reconhecer tal virtude não significa, absolutamente, julgar ter nele todas as respostas prontas e acabadas para os mais diversos problemas teóricos contemporâneos. Além disso, não se deve ver o pensamento de Gramsci de maneira dogmática – ou seja, como algo fixo, imutável, descontextualizado e, conseqüentemente, desistoricizado. Conforme afirmou Lukács, “em questões de marxismo, a ortodoxia se refere exclusivamente ao método” (Lukács *apud* Coutinho, 1981:12).

Na verdade, a pertinência de Gramsci expressa-se, antes de mais nada, no fato da problemática teórica por ele desenvolvida ser um ponto de partida deveras relevante não apenas para as tentativas contemporâneas de reconstrução e renovação do materialismo histórico mas também para o entendimento da realidade social contemporânea. Neste sentido, cumpre àqueles que se inspiram em tal legado duas tarefas básicas, a saber:

*“1) concretizar suas formulações teóricas gerais, ‘aplicando-as’ à própria época histórica (...); 2) continuar o desenvolvimento teórico dos conceitos de Estado e de revolução socialista, enriquecendo as colocações gramscianas com as novas determinações trazidas pela evolução da realidade ocorrida depois de sua morte”* (Coutinho, 1989:115).

De certa forma buscando se inserir no debate teórico das relações internacionais e da economia política global e, de maneira mais específica, nos “debates neogramscianos”, a presente dissertação buscou explorar, mesmo que de maneira superficial, tais problemáticas supracitadas. Se apresentando como mais uma perspectiva neogramsciana – e, desta forma, como uma *teoria crítica* (Cox, 1986) – abordou, a partir de tal viés teórico, as questões, dilemas e possibilidades colocados pela globalização das relações sociais concretas tanto para a conceituação da sociedade civil quanto para a ação dos setores marginalizados pela globalização neoliberal. Neste sentido, teve como intuito não apenas contribuir, mesmo que de maneira singela, para o enriquecimento do aparato conceitual neogramsciano aplicado à economia política global mas também para a busca da transformação da realidade.

Buscou-se, assim, seguir o próprio legado gramsciano que, devido à sua constante “tensão dialética”, trabalha os conceitos não apenas como meros conceitos mas sim como conceito e projeto político, o que fica claro no que tange ao conceito de sociedade civil, *lócus* da luta emancipatória. Em suma, assim como feito pelas demais perspectivas neogramscianas, o intuito da presente dissertação foi o de apresentar a relevância de Gramsci tanto no seu contexto histórico quanto além dele a fim de pensar os fenômenos hodiernos da economia política global de uma maneira gramsciana ao invés de “procurar gemas” na obra de Gramsci a fim de explicar a realidade (Morton, 2001 e 2003a). Deve ficar claro neste ponto que as demais abordagens – sejam elas divergentes ou não – não devem ser simplesmente negligenciadas; na verdade, assim como Gramsci fez com

Maquiavel, Sorel e outros, e os neogramscianos fizeram com Polanyi e Braudel, por exemplo, o diálogo com outras abordagens é algo extremamente profícuo. É neste sentido que deve ser entendido tanto o diálogo estabelecido com as abordagens da “sociedade civil internacional/global” quanto o engajamento com a abordagem de Scholte acerca da globalização – como uma tentativa de entender melhor a complexa realidade contemporânea.

Obviamente, há alguns riscos no uso do pensamento de Gramsci hoje, principalmente no tocante à sua aplicação aos estudos internacionais. Por exemplo, há o risco de que as raízes históricas das idéias de Gramsci sejam obscurecidas a tal ponto que tais idéias passem a ser empregadas em objetos de análise inapropriados (Germain & Kenny, 1998). Contudo, uma vez que se reconheça o fato de que suas idéias possuem um contexto histórico (Cox, 1999), a relação entre os conceitos desenvolvidos por Gramsci e os estudos internacionais pode ser algo deveras frutífero e fomentador de diversos *insights* relevantes para o entendimento da economia política global (Rupert, 1998; Murphy, 1998 e Morton, 2003a).

Um dos propósitos mais importantes de uma teoria crítica é o de oferecer uma visão alternativa das relações sociais que contribua para a conceitualização da realidade social e de suas possibilidades à luz de suas limitações, supressões e negações reais (Marcuse, 1982); tal visão pode inspirar esperança e imaginação que motivem a ação política pela mudança social. Desta forma, seguindo as palavras de Cox é possível afirmar que

*“Nós não estamos trabalhando com os olhos do final do século XX. De fato, nossas perspectivas podem ser fortemente influenciadas por um sentimento da invalidez das certezas anteriores – aquelas da Guerra Fria, de uma estrutura bipolar da ordem mundial, da hegemonia norte-americana. Nosso desafio não é o de contribuir para a construção de um conhecimento universal e absoluto, mas desenvolver uma nova perspectiva útil para lidar com os problemas do presente”* (Cox, 1996a:146).

É a crítica da ontologia de uma época particular que provê as ferramentas mentais capazes de entender as mudanças nas estruturas históricas hodiernas. Assim, tanto Gramsci quanto as perspectivas neogramscianas têm uma relevância estritamente prática, uma vez que se preocupam com a possibilidade de transformação da ordem mundial presente. É neste sentido que se deve entender a

teoria crítica: com “(...) *base em seu conteúdo político-normativo emancipatório*” (Neufeld, 1995:60).

Tal conteúdo emancipatório não se vincula em absoluto à concepção teleológico-determinista tão presente nas diversas versões do marxismo vulgar: de acordo com tais perspectivas, um período de transição é marcado pela possibilidade efetiva de superação da ordem do capital; não obstante, entre a possibilidade e a sua efetivação há um amplo espaço a ser ocupado pelas mediações historicamente concretas indispensáveis para a objetivação do novo. Ou seja, tais mediações não ocorrem de maneira automática no terreno ontológico-social da crise, mas dependem necessariamente das ações políticas dos homens que vivem neste determinado momento histórico para que tal superação possível seja capaz, de fato, de se efetivar na *práxis*. É isto o que significa a “determinação em última instância” das relações econômicas sobre as demais esferas da realidade social. Neste processo, a própria teorização é algo de extrema relevância tanto para o entendimento quanto para ação; daí a relevância não apenas das perspectivas neogramscianas mas também de uma reflexão acerca das repercussões e influências da intensificação dos processos de globalização na sociedade civil – ou seja, no *locus* da luta política e da transformação social.